FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.



Relatório de Gerenciamento de Riscos – Circular nº 3.678 4º Trimestre de 2017

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

SUMÁRIO 1. INTRODUÇÃO	. 3
2. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL	. 3
3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORTIVA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL	4
4. DECLARAÇÃO DE APETITE A RISCOS (RAS)	4
5. ASPECTOS QUALITATIVOS DAS ESTRUTURAS DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL	. 5
5.1 RISCO OPERACIONAL	. 5
5.2 GESTÃO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS	8
5.3 RISCO DE TAXA DE JUROS	8
5.4 RISCO DE LIQUIDEZ	
5.5 RISCO DE CRÉDITO	
5.6 GERENCIAMENTO DE CAPITAL	
6. REQUERIMENTOS DE CAPITAL VIGENTES E EM IMPLANTAÇÃO	15
7. INFORMAÇÕES RELATIVAS DO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	16
8. INFORMAÇÕES RELATIVAS AO RWA	17
9. ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL (ACP)	
10. ADEQUAÇÃO AO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR), ÍNDICES E LIMITES	21
11. RAZÃO DE ALAVANCAGEM (RA)	21
12. INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS EXPOSIÇÕES A RISCO DE CRÉDITO	
13. INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS INSTRUMENTOS MITIGADORES DO RISCO DE CRÉDI	
14. INFORMAÇÕES RELATIVAS AO RISCO DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE	29
15. INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS OPERAÇÕES DE AQUISIÇÃO E VENDA DE ATIVOS FINANCEIROS	31
16. INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	33

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

1. INTRODUÇÃO

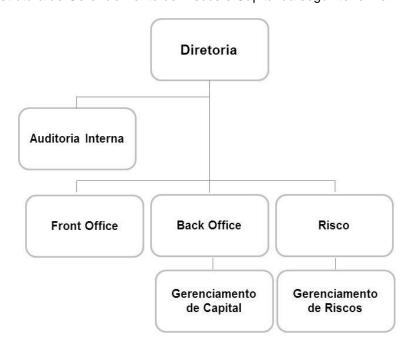
A Circular nº 3.678/13 do Banco Central do Brasil (BACEN) estabeleceu os critérios a serem observados sobre a divulgação de informações referentes à Gestão de Risco, Montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) e Patrimônio de Referência (PR).

O objetivo deste relatório é informar o gerenciamento de riscos do Conglomerado Prudencial, que conforme definido pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.280/13, inclui Banco Volkswagen S.A., a Instituição líder (Instituição), Consórcio Nacional Volkswagen — Administradora de Consórcio Ltda. (CNVW), e Fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC) — nos quais a Instituição assuma substancialmente os riscos e benefícios (conjuntamente o Grupo), apresentando de forma detalhada as práticas de gestão e as políticas que compõem o gerenciamento de riscos do Grupo. Além disso, demonstra a necessidade da adequação do capital para cobrir tais riscos.

Adicionalmente, de acordo com o perfil de riscos e à importância sistêmica, a Instituição está enquadrada no Segmento 3 (S3), nos termos do art. 2º, § 3º da Resolução CMN 4.553/17 (0,1% do PIB ≤ porte <1% do PIB).

2. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

O Grupo constituiu a sua estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital da seguinte forma:



PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES:

Diretoria de Back Office:

- Implementar a estrutura de Gerenciamento de Capital;
- Implementar as políticas de Gerenciamento de Capital e suas revisões no mínimo anualmente;
- Prover os recursos necessários à gestão de Capital;

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

- Promover a cultura de gerenciamento de riscos e controles internos nas atividades regulares da Instituição;
- Ser o responsável pelas informações referentes ao gerenciamento de Capital.

Diretoria de Riscos:

- Implementar a estrutura de Gerenciamento de Riscos;
- Implementar as políticas de Gerenciamento Riscos e suas revisões no mínimo anualmente;
- Prover os recursos necessários à gestão de Gerenciamento de Riscos;
- Promover a cultura de gerenciamento de riscos e controles internos nas atividades regulares da Instituição;
- Ser o responsável pelas informações referentes ao Gerenciamento de Risco.

Auditoria Interna

Verificar se os procedimentos adotados nas áreas estão de acordo com as políticas internas e os normativos publicados pelo CMN e BACEN.

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORTIVA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

A estrutura de governança corporativa de gerenciamento de riscos e capital é constituída por Comitês que subsidiam a Alta Administração na tomada de decisões.

Em atendimento a Resolução 4.557 do Conselho Monetário Nacional, a Instituição constituiu o Comitê de Riscos, no qual reuni-se trimestralmente ou em convocações extraordinárias, cujas principais atribuições são assessorar e propor, com periodicidade mínima anual, recomendações à Diretoria sobre níveis de apetite de risco (RAS), aprovar políticas e estratégias de gerenciamento de riscos, apresentar resultados do programa de teste de estresse, aprovar políticas e estratégias de gerenciamento de riscos (crédito, mercado, operacional, liquidez, socioambiental e valor residual) e definir a estratégia de gestão de capital, visando assegurar a sua adequação em relação à complexidade das operações.

O Comitê de Riscos é composto pela Diretoria e pelas Superintendências de Finanças, Vendas, Marketing, Operações, Tecnologia da Informação e Recursos Humanos. O prazo de mandato é indeterminado e o número máximo de integrantes é de 9 membros. É indelegável a função de membro deste Comitê. A Instituição implementou também a posição do *Chief Risk Office* (CRO), que dentre as suas atribuições supervisiona o desenvolvimento, a implementação e o desempenho da estrutura de gerenciamento de riscos, incluindo seu aperfeiçoamento, reportando-se diretamente à Alta Administração.

Além disso, a Instituição possui uma unidade de Risco, responsável pelo gerenciamento dos riscos, com representação direta no Comitê Executivo.

4. DECLARAÇÃO DE APETITE A RISCOS (RAS)

A Declaração de Apetite por Riscos (RAS) do Banco Volkswagen S.A. (Instituição e Conglomerado Prudencial) é definida através dos tipos e níveis de riscos assumidos nas operações, a fim de cumprir os objetivos estratégicos, requisitos regulatórios e atingir os resultados esperados pelos acionistas, tanto em condições normais quanto em cenários adversos.

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

A Diretoria é responsável pela aprovação anual das diretrizes e limites de apetite de riscos, e é assessorada pelo Comitê de Riscos e pelo *Chief Risk Officer* (CRO), no desempenho de suas atribuições.

MODELO DE NEGÓCIO E O APETITE POR RISCOS

A definição do apetite de risco da Instituição é consistente com sua cultura de riscos e modelo de negócios, pautado pelo financiamento e arrendamento de veículos automotores desde as concessionárias das diversas marcas do Grupo VW no Brasil até seus clientes finais (pessoas físicas e jurídicas), com pequena participação adicional de operações crédito pessoal.

ALINHAMENTO DE OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E O APETITE DE RISCO

Os objetivos de apetite de riscos são validados anualmente dentro do processo de Planning Round, com horizonte de 5 anos e eventual atualização nos processos de Budget, de modo a garantir perspectiva de longo prazo e alinhamento estratégico dentro do Grupo VW Financial Services.

5. ASPECTOS QUALITATIVOS DAS ESTRUTURAS DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

A Instituição considera o gerenciamento de riscos fundamental para a tomada de decisão, proporcionando maior confiabilidade, otimização da relação risco e retorno e melhor alocação de capital.

Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição implementou uma estrutura para gerenciamento de capital.

Apresenta-se abaixo, as estruturas, estratégias e ferramentas para o Gerenciamento de Riscos, bem como para o Gerenciamento de Capital.

5.1 RISCO OPERACIONAL

Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Esta definição inclui o risco legal definido como a possibilidade de perdas decorrentes de inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição, bem como perdas decorrentes de decisão ou precedentes desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos.

A Instituição considera os seguintes eventos de Risco Operacional:

- Fraude interna;
- Fraude externa;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente no local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Instituição;
- Situações que acarretem a interrupção das atividades da Instituição;
- Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI);
- Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades na Instituição.

Visando atender aos objetivos estratégicos e ao adequado gerenciamento de riscos, a estrutura de gerenciamento de risco operacional está alinhada às orientações do grupo *Volkswagen Financial Services AG*, aos requerimentos do Acordo de Basileia e às exigências regulatórias.

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

A) Papeis e Responsabilidades

Gerenciamento de Risco - Risco Operacional

- Elaboração, monitoramento e manutenção das políticas de risco operacional;
- Avaliação e mensuração de riscos operacionais em projetos, produtos e processos;
- Disseminar e promover a cultura de risco operacional por meio de treinamentos e campanhas internas;
- Promover reuniões e relatórios periódicos sobre aspectos envolvendo riscos operacionais destinados à diretoria, ao Banco Central, à VWFSAG e demais áreas envolvidas;
- Avaliar eventos classificando-os de acordo com criticidade e avaliando a necessidade de ações corretivas pelas áreas de negócio e sua efetiva implementação;
- Capturar, validar e incluir perdas operacionais, incluindo registro específico de perdas operacionais associadas a risco de crédito;
- Desenvolver metodologia de avaliação de impacto em processos críticos para efeito de continuidade de negócios Business Continuity Management – BCM), bem como elaborar testes periódicos para verificação das estruturas de contingência, além de promover treinamentos e ações para disseminação da cultura de prevenção envolvendo pessoas, processos e terceiros;
- Definir Política Gerenciamento de Fornecedores Relevantes;
- Elaborar o relatório de gerenciamento de risco operacional relativo à Resolução do CMN nº 4.557/2017, informando as deficiências de controles e ações para sua mitigação.

Áreas de Negócios

- Validar as matrizes de riscos e controles conforme cronograma de revisões;
- Reportar os eventos de risco operacional ao departamento de Riscos, de acordo com os padrões e prazos estabelecidos, ou sempre que necessário;
- Implementar os planos de ação para mitigação do risco operacional sob sua gestão;
- Monitorar e controlar os riscos operacionais de sua área;
- Reportar mensalmente as perdas de risco operacional ocorridas;
- Participar de Treinamentos referentes ao risco operacional e BCM promovidos pela área de gerenciamento de riscos.

Contabilidade

- Divulgar informações sobre a estrutura de gestão de risco operacional nas demonstrações financeiras;
- Realizar o cálculo da parcela de alocação de capital de Risco Operacional, de acordo com a Circular BACEN nº 3.640 (Abordagem Padronizada Alternativa).

Compliance e Controles Internos

A estrutura de Controles Internos tem como principal objetivo mapear e avaliar os controles internos que mitigam os riscos operacionais e riscos de distorções significativas nos demonstrativos contábeis mapeados, auxiliando assim as áreas envolvidas e a alta administração na identificação de erros e fraudes nos processos que asseguram a integridade das demonstrações contábeis. As principais responsabilidades da área de Controles Internos são:

- Definir escopo e cronograma da revisão anual das matrizes de riscos, validando-os junto à área de Risco Operacional;
- Elaborar as matrizes de risco, identificando e documentando riscos e controles;
- Identificar, avaliar e testar os controles-chave e classificá-los de acordo com sua relevância, tipo e

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

frequência nas matrizes de risco;

- Acompanhar a implementação dos planos de ações e monitorar para mitigar os riscos;
- Submeter os planos de ação definidos baseado na avaliação dos controles à alta administração;
- Disseminar a cultura de gestão de controles internos e riscos para instituição;
- Elaborar o relatório relativo à Resolução do CMN nº 2.554/98, informando as deficiências de controles e ações para sua mitigação;
- Elaborar o relatório relativo à Resolução do CMN nº 3.467/09, informando a avaliação da qualidade e adequação do sistema de controles internos, inclusive sistemas de processamento eletrônico de dados e de gerenciamento de riscos, elaborado como resultado do trabalho de auditoria independente.

B) Metodologias

O gerenciamento de riscos operacionais é realizado mediante das seguintes metodologias:

- Entendimento dos processos executados na Instituição para o cumprimento de seus objetivos de negócio;
- Identificação, através da metodologia de Riscos Corporativos, dos riscos associados aos processos;
- Avaliação e qualificação dos riscos e controles operacionais em base periódica, contribuindo para determinar o impacto desses riscos e do grau de eficácia dos controles internos (vulnerabilidade);
- Definição e acompanhamento de planos de ação com o objetivo de diminuir e mitigar os riscos operacionais existentes;
- Definição e acompanhamento de Indicadores Chave de Riscos Operacionais (KRI) relacionados às classificações de riscos do BACEN;
- Estabelecimento de ações contingenciais para os riscos relevantes de descontinuidade dos negócios;
- Captura, tratamento e armazenamento dos eventos de risco operacional;
- Avaliação de risco dos prestadores de serviços classificados como Fornecedores Relevantes;
- Avaliação de riscos operacionais no desenvolvimento de novos produtos e projetos, e modificação de produtos existentes;
- Plano de Contingência e Plano de Recuperação de Desastres (DRP);
- Participação na aprovação de Novos Produtos ou alteração de produtos existentes através do procedimento Product Transparency Process (PTP).

Todas estas metodologias encontram-se apresentadas nas políticas e manuais associados à gestão de Risco Operacional, Controles Internos e também como plano de continuidade de negócios e todos os conceitos para esta gestão. Tais metodologias são condizentes com as melhores práticas, visando mitigar riscos operacionais, estando de acordo com as exigências regulatórias vigentes.

A área de Gerenciamento de Riscos dissemina a cultura de monitoramento dos riscos operacionais na Instituição junto aos empregados e estagiários, por meio de treinamentos presenciais e eletrônicos, propagando assim a importância dos processos de gestão de Risco Operacional.

C) Normativas

Conjunto de políticas e manuais de processos voltados à documentação e orientação das estratégias, métodos e procedimentos relativos ao gerenciamento do risco do operacional.

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

5.2 GESTÃO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS

O Plano de Continuidade de Negócios é o conjunto de diretrizes, papéis e responsabilidades sobre o processo de Gestão de Crise e de Continuidade de Negócios da Instituição, que tem por objetivo garantir a entrega de produtos e serviços aos clientes em níveis aceitáveis durante a contingência perante o mercado e órgãos reguladores, baseado nos conceitos de cadeia de valor e nos processos críticos definidos pela Instituição na Declaração de Apetite por Risco.

Este processo de Gestão de Continuidade de Negócios está alinhado ao apetite de risco da Instituição, às orientações do grupo Volkswagen Financial Services AG e aos requerimentos regulatórios.

Em conformidade com os objetivos estratégicos da Instituição e também com as exigências regulatórias, foram estabelecidas políticas, estratégias que definem papéis e responsabilidades das áreas envolvidas, a fim de garantir que todas as etapas sejam cumpridas com eficiência.

5.3 RISCO DE TAXA DE JUROS

O Risco de Taxa de Juros é definido como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxa de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores, e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas do mercado, diariamente o risco de taxa de juros é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais estabelecidos em comitês específicos.

Diante disso, a Instituição possui apenas operações classificadas como não negociação (*Banking Book*).

A) Papeis e Responsabilidades

Gerenciamento de Riscos

- Definir metodologia, ferramentas, políticas e procedimentos internos;
- Utilizar sistemas para identificar, avaliar, monitorar e controlar o risco de taxa de juros;
- Reportar imediatamente ao Comitê de Riscos os casos em que sejam identificados excessos em relação aos limites estabelecidos;
- Realizar simulações de condições extremas de mercado (testes de estresse) e testes de avaliação de sistemas:
- Elaborar relatórios gerenciais com posições de Risco de Taxa de Juros e Liquidez a serem enviados diariamente e semanalmente (via e-mail) aos departamentos envolvidos e a Alta Administração;
- Acompanhar as alterações normativas;
- Enviar periodicamente as informações regulatórias.

B) Normativas

Conjunto de políticas e manuais de processos voltados à documentação e orientação das estratégias, métodos e procedimentos relativos ao gerenciamento do risco de taxa de juros.

C) Metodologias

Para fins de monitoramento e controle do risco de taxa de juros, são utilizadas as seguintes metodologias:

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

- **Economic Value of Equity**: Mede a variação no valor presente líquido dos ativos e passivos de uma instituição, de acordo com os choques de taxas de juros e os cenários de estresse;
- Net Interest Income: Medida de sensibilidade que simula os impactos das oscilações das taxas de juros na receita de intermediação financeira;
- Análise de Descasamento: Indicador utilizado para avaliar a exposição em função dos distintos prazos de vencimentos negociados nas operações ativas e passivas;
- **Teste de Estresse**: É o método que avalia o efeito de grandes variações simuladas nas variáveis da carteira, como por exemplo, nas taxas de juros, câmbio e ações.

Capital Regulatório - Cálculo Parcela Rban

A partir da data-base de janeiro de 2017, a parcela RBAN passou a ser mensurada de forma hibrida, considerando as abordagens de variação na margem de juros (NII – *Net Interest Income*) e variação de valor econômico (EVE – *Economic Value of Equity*).

D) Limites Operacionais

A estrutura de limites adotada tem por objetivo permitir a atuação do departamento de Tesouraria de forma transparente e eficiente, mediante as restrições para contratação e carregamento de posições. Os principais limites operacionais adotados pela Instituição são:

- Limite de descasamento entre Ativos e Passivos;
- Limite de EVE.

Em caso de excesso dos limites, a área de Gerenciamento de Riscos informa a Alta Administração e gera um alerta para Tesouraria fazer o reenquadramento dos limites.

E) Processo

O monitoramento e controle do risco de taxa de juros são realizados diariamente pela área de Gerenciamento de Riscos. Diariamente é elaborado um relatório gerencial dos principais indicadores de risco de taxa de juros e encaminhado, via e-mail, à Tesouraria. Semanalmente é elaborado e enviado para Alta Administração um relatório contendo os principais indicadores de risco de taxa de juros. Periodicamente, os indicadores de risco de taxa de juros são apresentados em Comitês específicos.

5.4 RISCO DE LIQUIDEZ

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores, e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas do mercado, diariamente o risco de liquidez é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais estabelecidos em comitês específicos.

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

A) Papeis e Responsabilidades

Gerenciamento de Riscos

- Definir metodologias, ferramentas, políticas e procedimentos internos;
- Utilizar sistemas para identificar, avaliar, monitorar e controlar o risco de liquidez do Grupo;
- Reportar imediatamente ao Comitê de Riscos os casos em que sejam identificados excessos em relação aos limites estabelecidos;
- Realizar simulações de condições extremas de mercado (testes de estresse);
- Calcular mensalmente o Limite de caixa mínimo de forma a garantir o pagamento de obrigações correntes:
- Elaborar relatórios gerenciais com posições de Risco de Taxa de Juros e Liquidez a serem enviados (via e-mail) aos departamentos envolvidos e a Alta Administração:
- Identificar os riscos inerentes à reformulação ou à criação de novas atividades e produtos, bem como analisar, previamente ao seu lançamento, a adequação aos procedimentos e controles adotados pela Instituição;
- Acompanhar as alterações normativas;
- Enviar periodicamente as informações regulatórias.

Tesouraria

Front Office (Mesa de Operações)

- Assegurar a liquidez das empresas do Grupo;
- Realizar investimentos, captações e derivativos;
- Acompanhar linhas especiais de financiamento;
- Observar e cumprir os limites estabelecidos pelo departamento de Gerenciamento de Riscos para as contrapartes e os limites de alçadas;
- Verificar/Analisar os vencimentos das operações financeiras controladas (Fluxo de Caixa);
- Garantir o nível mínimo de caixa estabelecido e monitorado pelo departamento de Gerenciamento de Riscos.

Middle Office (Gestão de Caixa)

- Gerenciar o Caixa:
- Gerenciar o casamento da carteira de ativos e passivos;
- Responsável pelo Plano de Contingência de Liquidez.

Back Office de Tesouraria

- Registrar e controlar todas as transações realizadas nos sistemas eletrônicos, assegurando a veracidade, oportunidade e confiabilidade da informação;
- Verificar a integridade das operações realizadas pelo Front Office, seguindo o 'Princípio de Divisão Funcional', verificando a consistência de acordo com as condições de mercado.

B) Normativas

Conjunto de políticas e manuais de processos voltados à documentação e orientação das estratégias, métodos e procedimentos relativos ao gerenciamento do risco de taxa liquidez.

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

C) Metodologias

A metodologia contempla os seguintes instrumentos:

- Projeção do Fluxo de Caixa: É a previsão de entradas e saídas de recursos por um determinado período, com o objetivo de garantir a solidez financeira da Instituição no curto, médio e longo prazo;
- Colchão de Liquidez: Formado pelos recursos em caixa que podem ser usados para pagamento das obrigações de uma Instituição, em momentos de volatilidade do mercado;
- Teste de Estresse: Técnica de avaliação da resposta de uma carteira de ativos ou obrigações em relação a variações extremas de liquidez que influenciam essa carteira. O propósito do teste de estresse é quantificar a perda de uma carteira caso uma situação adversa de mercado específica ocorra;
- Plano de Contingência de Liquidez: Procedimento de gestão a ser adotado quando a projeção de liquidez em curto prazo indica a definição de níveis inferiores ou no caso de falta de recursos e agravamento da crise no mercado financeiro.

D) Limites Operacionais

A estrutura de limites adotada tem por objetivo permitir a atuação do departamento de Tesouraria de forma transparente e eficiente, mediante as restrições para contratação e carregamento de posições. Os principais limites operacionais adotados pela Instituição são:

- Limite de Colchão de Liquidez;
- Limites Bancários:
- Limites de Conta Corrente:
- Limite de concentração de vencimentos de Funding.

Em caso de excesso dos limites, a área de Gerenciamento de Riscos informa a Alta Administração e gera um alerta para Tesouraria fazer o reenquadramento dos limites.

E) Processo

O monitoramento e controle do risco de liquidez são realizados diariamente pela área de Gerenciamento de Riscos. Diariamente é gerado um relatório gerencial dos principais indicadores de risco de liquidez e encaminhado, via e-mail, à Tesouraria. Semanalmente é elaborado e enviado para Alta Administração um relatório contendo os principais indicadores de risco de liquidez. Periodicamente, os indicadores de risco de taxa de liquidez são apresentados em Comitês específicos.

5.5 RISCO DE CRÉDITO

Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, bem como a desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador. Este risco está relacionado a fatores externos à empresa e podem prejudicar o pagamento do crédito concedido.

O Risco de Crédito varia de acordo com: perfil dos clientes, produtos e serviços oferecidos, valor solicitado e instituição que concede o crédito.

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

Visando atender aos objetivos estratégicos e à adequada gestão de riscos, a estrutura de gerenciamento de risco de crédito da Instituição está alinhada às orientações da Matriz Volkswagen Financial Services AG, aos requerimentos do Acordo de Basileia e às exigências do CMN e BACEN.

Dessa forma, a Instituição implantou uma função voltada ao gerenciamento deste risco como parte de sua Governança Corporativa.

A) Papeis e Responsabilidades

Gerenciamento de Riscos - Risco de Crédito

- Aprimoramento, aferição e elaboração de inventários de seus modelos para crédito e cobrança;
- Monitoramento do desempenho do portfólio de crédito;
- Definição das políticas de crédito e cobrança alinhadas ao apetite de risco da Instituição;
- Monitoramento das concentrações de inadimplência e perdas;
- Fechamento e análise das provisões para devedores duvidosos;
- Identificação de novos componentes que representem riscos de crédito.

A estrutura dedicada ao controle e monitoramento do risco de crédito atua por meio de normativos e metodologias condizentes com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição da Instituição.

B) Normativas

Conjunto de políticas e normas internas voltadas à documentação e orientação das estratégias, métodos e procedimentos relativos ao gerenciamento do risco de crédito. Todo esse conjunto é submetido à aprovação do Comitê de Riscos, com objetivo de recomendar e aprovar as estratégias e políticas do risco de crédito.

C) Metodologias

A metodologia contempla os seguintes instrumentos:

- Modelagem analítica de scoring para concessão, gestão de crédito e cobrança;
- Modelos de rating de crédito;
- Monitoramento e validação dos modelos estatísticos;
- Apuração e cálculo do valor futuro dos riscos das carteiras forecast;
- Processo para realização de testes de stress;
- Modelo de LGD (Loss Given Default);
- Monitoramento das garantias;
- Relatórios analíticos para o risco de crédito.

Os limites de crédito são monitorados continuamente e alterados em função da capacidade, necessidade e comportamento dos clientes, e devidamente aprovados conforme alçada estabelecida em política.

D) Políticas

As descrições abaixo estabelecem o processo e as responsabilidades pela definição e administração das políticas de crédito e cobrança varejo e corporate, que abrangem: classificação de risco (escore/rating)

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

prazo, carência, percentual de entrada, alçadas de aprovação, aceitação de garantias, período das ações (réguas de cobrança), valores (acordos, propostas, renegociações de dívida, confissões de dívida), aplicáveis aos produtos do Grupo.

As políticas relacionadas à concessão de crédito e cobrança estabelecem as condições operacionais aprovadas pela Instituição e os valores e correspondentes níveis de alcada para aprovação.

Estas políticas e as exceções devem ser monitoradas e ajustadas pelo departamento de Gerenciamento de Riscos para que a concessão de crédito e/ou a cobrança ocorra com a qualidade, segurança e nível de risco definidos pela Instituição. Alterações devem ser feitas também para adequá-las à realidade operacional e comercial do momento.

Responsabilidade

É responsabilidade do departamento de Gerenciamento de Riscos tomar as seguintes providências para a implantação da política:

- Envolver os departamentos relacionados com o assunto, principalmente os departamentos de Crédito (Varejo e Corporate) e Cobrança quanto à inclusão, alteração ou exclusão da política;
- Submeter a proposta da política definida ao Comitê de Riscos;
- Adaptar os parâmetros nos sistemas informatizados, quando aplicável;
- Providenciar as adequações das políticas nos procedimentos para posterior divulgação ao público interno;
- Manter toda a documentação utilizada no levantamento e aprovação das políticas, possibilitando futuras verificações e rastreamento das políticas vigentes em períodos anteriores;
- Monitorar permanentemente a aplicação das políticas (alçadas e processos) e resultados alcançados, bem como tomar ações visando o imediato ajuste, sempre que for considerado necessário.

É responsabilidade do departamento de Crédito ao Varejo, Crédito Corporate e Cobrança:

- Avaliar os impactos das políticas em processos operacionais e sistemas informatizados. Havendo necessidade de ajustes em sistemas, sugerir ao departamento de Gerenciamento de Riscos as providências cabíveis e imediatas;
- Implantar as políticas junto ao pessoal envolvido na análise e concessão de crédito e cobrança (empregados dos departamentos, escritórios de advocacia, concessionárias, promotores de venda, etc.);
- Fornecer dados e subsídios para que o departamento de Gerenciamento de Riscos, avalie, desenvolva e busque aprovação da política na alta gerência.

5.6 GERENCIAMENTO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital visa apoiar o processo decisório nos negócios. O risco de capital consiste no risco do Grupo não possuir capital suficiente para:

- Atingir o capital mínimo requerido pelo regulador no Brasil, uma vez que a autorização para operar como um banco é dependente da manutenção adequada do nível de capital;
- Manter o rating da Instituição, pois uma mudança no rating pode alterar diretamente o custo de captação;
- Ter condições de atingir o crescimento e estratégias traçadas.

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

O Grupo implementou uma estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido, avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que o Grupo está sujeito e realizar o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando seus objetivos estratégicos.

A estrutura organizacional baseia-se em três pilares básicos para assegurar o adequado gerenciamento de capital:

APROVAÇÃO E CONTROLE DO APETITE AO RISCO

O apetite ao risco corresponde ao nível de risco que a Instituição decide assumir para atingir seus objetivos de negócio. Dessa forma, este pilar é constituído pela alta administração da Instituição, responsável pelas diretrizes e estratégias nos diferentes âmbitos da operação. O apetite ao risco é determinado em Comitê de Risco, e a supervisão e monitoramento são realizados por meio do Comitê Executivo e do Comitê de Auditoria.

REPORTE E CONTROLE

Nas atividades diárias, a responsabilidade pelo controle e apresentação de relatórios está nas áreas diretamente relacionadas ao Comitê de Riscos, pois estas são as áreas funcionais da Instituição.

Este pilar é constituído pelas áreas sob a responsabilidade da diretoria de Back Office, tais como, Contabilidade, Controladoria, Assuntos Jurídicos, Tributário, Compliance e Tesouraria.

O plano de capital é realizado para um horizonte de cinco anos, a fim de suportar a estratégia de longo prazo do Grupo e é monitorado regularmente em cenários de normalidade e estresse de acordo com e as exigências do CMN e BACEN.

O plano de capital é avaliado pela administração de forma a sinalizar e propor ações, como um plano de contingência de capital, em caso de excesso ou insuficiência de capital para atingir os objetivos estratégicos do Grupo. Para assegurar que o nível de capital está adequado ao apetite de risco da Instituição, é definido um colchão acima do índice da Basileia, com finalidade de garantir que, caso o índice de Basileia esteja abaixo do percentual regulatório, o Grupo tenha fôlego para novos negócios até que ocorra aporte de capital.

Adicionalmente, o Comitê Executivo (COMEX) e o Comitê de Riscos avaliam, mensal e trimestralmente, respectivamente, os relatórios de monitoramento e controle de risco de capital, visando assegurar a sua adequação em relação à complexidade das operações, bem como atendimento aos requerimentos regulatórios.

ASSURANCE

Esse pilar tem como objetivo averiguar que as decisões da Instituição com relação às políticas aprovadas para o gerenciamento de capital estão sendo executadas de acordo com os procedimentos e controles desenhados pela Instituição, de forma a assegurar que a estrutura de processos internos é adequada ao porte e complexidade das operações da Instituição.

Para isso, a Instituição está submetida à avaliação do departamento de Auditoria Interna e também a revisões e exames realizados pela Auditoria Externa. O escopo e o resultado do trabalho realizado por estas

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

auditorias são apresentados ao Comitê de Auditoria, que, dentre suas atribuições, está a supervisão e avaliação do desempenho dos auditores internos e externos.

NORMATIVAS

Conjunto de políticas, normas e manuais internos voltados à documentação e orientação das estratégias, métodos e procedimentos relativos ao gerenciamento de capital. Dentre os documentos adotados, destaca-se a Política de Gerenciamento de Capital, a qual descreve, entre outros aspectos, a estrutura organizacional, os processos organizacionais e o plano de capital.

6. REQUERIMENTOS DE CAPITAL VIGENTES E EM IMPLANTAÇÃO

Os requerimentos mínimos de capital do Grupo seguem o conjunto de resoluções e circulares divulgadas pelo BACEN que implantam no Brasil os padrões globais de requerimento de capital conhecidos como Basileia III. São expressos na forma de índices obtidos pela relação entre o capital disponível, demonstrado pelo PR e o RWA.

Para fins de cálculo do requerimento mínimo de capital, deve ser apurado o montante total do RWA pela soma das parcelas aplicáveis ao Grupo, sendo os ativos ponderados pelos riscos de crédito e operacional, adicionalmente também, capital requerido para o risco de taxa de juros.

O requerimento mínimo do PR corresponde a um índice de 9,25% para o trimestre findo em 31 de dezembro 2017, decaindo gradualmente até 8% a partir de 2019. Em contrapartida, as normas do BACEN estabeleceram um Adicional de Capital Principal (ACP), o qual corresponde à soma das parcelas ACP Conservação, ACP Contracíclico e ACP Sistêmico. O ACP para o trimestre findo em 31 de dezembro 2017 corresponde a 1,25%, e aumentará a exigência de capital ao longo do tempo até 2019.

Também foram redefinidos os requisitos para a qualificação dos instrumentos elegíveis a Capital de Nível I e Nível II. Adicionalmente, foi instituída a redução gradual da elegibilidade do estoque de instrumentos emitidos de acordo com a Resolução CMN nº 3.444/07.

A tabela abaixo apresenta o cronograma de implantação das regras de Basileia III no Brasil, definido pelo BACEN.

Indice de Basileia	2017	2018	a partir de 2019
Capital Principal	4,500%	4,500%	4,500%
Nível I	6,000%	6,000%	6,000%
PR Total	9,250%	8,625%	8,000%
ACP conservação	1,250%	1,875%	2,500%
ACP contracíclico (1)	0,000%	0,000%	0,000%
ACP sistêmico (2)	0,000%	0,000%	0,000%
Adicional de Capital Principal (ACP)	1,250%	1,875%	2,500%
Capital Principal + ACP	5,750%	6,375%	7,000%
PR Total + ACP	10,500%	10,500%	10,500%
Deduções dos Ajustes Prudenciais	80%	100%	100%

⁽¹⁾ Atualmente, conforme artigo 3º da Circular BACEN nº 3.769/15, o valor requerido para a parcela ACP Contracíclico é igual a zero para o Brasil.

⁽²⁾ Atualmente, conforme a Circular BACEN nº 3.768/15, o valor requerido para a parcela ACP Sistêmico para o Grupo é igual a zero.

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

7. INFORMAÇÕES RELATIVAS DO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)

A adequação do capital e o uso de capital regulatório são monitorados pela Instituição por meio de técnicas baseadas em orientações estabelecidas pelo Acordo de Basileia, na forma implementada pelo CMN e BACEN, para fins de supervisão. As informações exigidas são mensalmente submetidas ao órgão competente.

O patrimônio de referência do Grupo está dividido em dois níveis:

- a) Nível I: composto pelo capital principal, apurado a partir do capital social, reserva de lucros, lucros acumulados do período (apresentados como "Patrimônio líquido" no quadro abaixo), e ajustes prudenciais referentes a saldos de ativos intangíveis constituídos a partir de 1º de outubro de 2013, e créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, após regras descritas no art. 5º da Resolução do CMN nº 4.192/13, e aplicação dos fatores descritos no art.11º desta mesma resolução.
- b) Nível II: Composto por instrumentos de dívidas subordinadas que atendem aos requisitos da Resolução do CMN nº 4.192/13 e também aquelas aprovadas pelo BACEN de acordo com a norma anterior.

Abaixo segue composição do Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial, findo no trimestre:

Em milhares de Reais

Apuração do Patrimônio de Referência (PR)	Set 2017	Dez 2017
Patrimônio líquido	2.962.175	2.629.874
Ajustes prudenciais	(13.252)	(12.641)
Capital principal	2.948.923	2.617.233
Patrimônio de Referência - Nível I	2.948.923	2.617.233
Instrumentos de dívida subordinada	955.960	945.709
Patrimônio de Referência - Nível II	955.960	945.709

Total do Patrimônio de Referência (PR)	3.904.883	3.562.942
Total do Fatililollo de Referencia (FR)	3.304.883	3.302.342

A composição detalhada do PR e informações sobre sua adequação estão contidas no Anexo I disponível no site www.bancovw.com.br.

Abaixo segue a composição por prazo de vencimento das dívidas subordinadas nos termos de núcleo de subordinação, com resgate final no vencimento, custodiadas na Central de Custódia de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP), cujo valor do Nível II do PR é:

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

Em milhares de Reais

Vencimento	Set 2017	Dez 2017
Superior a 5 anos	734.158	704.546
Entre 4 e 5 anos	101.060	111.626
Entre 3 a 4 anos	58.101	65.400
Entre 2 e 3 anos	44.402	45.153
Entre 1 e 2 anos	18.239	18.984
Total	955.960	945.709

As principais características de termos e condições contratuais dos Instrumentos elegíveis ao Nível II do (PR) estão contidas no Anexo II disponível no site www.bancovw.com.br.

A Instituição tem a aprovação, pelo BACEN, dos termos e condições dos contratos das Letras Financeiras Subordinadas para que possam compor o Nível II do PR. A Lei nº 12.838 (conversão da MP nº 608/13) dentre outros assuntos, determinou as alterações relacionadas à emissão de letras financeiras. Desta forma, alguns artigos da Lei nº 12.249/10 foram alterados para adequar às mudanças legislativas. Com o advento desta legislação, foi publicada a Resolução do CMN nº 4.192/13 que dispõe sobre a metodologia para apuração do PR.

Sendo assim, com o objetivo de atender as exigências determinadas por estes dispositivos e pela Resolução antes mencionada, a Instituição providenciou o aditamento aos contratos relacionados às Letras Financeiras Subordinadas. Este aditamento previu a inclusão de "Cláusulas Especiais do Núcleo de Subordinação" da Letra Financeira para constar, em síntese, os seguintes pontos:

- Data de vencimento e prazos:
- Condições que afastam a utilização da Letra Financeira para fins de compensação de débitos e créditos recíprocos;
- Condição de emissão sob a forma nominativa e escritural;
- Estabelecimento de regras para as hipóteses de recompra e/ou resgate;
- Suspensão do pagamento da remuneração estipulada, quando houver;
- Condições de extinção do direito de crédito representado pela Letra Financeira.

As normas editadas pelo CMN poderão estabelecer ordem de preferência no pagamento dos titulares da Letra Financeira de que trata o caput do art. 40 da Lei nº 12.249/10, de acordo com as características do título.

Todas as alterações acima elencadas foram elaboradas e incluídas no instrumento de Aditamento, sobretudo, para cumprimento dos requisitos previstos nos artigos 14 e 20 da Resolução do CMN nº 4.192/13, que tratam do núcleo de subordinação e dos instrumentos elegíveis ao Nível II. Mencionado Instrumento de Aditamento foi apresentado ao BACEN que, por meio do Departamento de Organização do Sistema Financeiro -DEORF confirmou que os títulos aditados são elegíveis ao Nível II do PR nos termos da Resolução do CMN nº 4.192/13.

8. INFORMAÇÕES RELATIVAS AO RWA

Os ativos ponderados pelo risco (RWA) representam o patrimônio exigido das instituições financeiras para fazer frente às exposições inerentes aos riscos de suas atividades. O cálculo, baseado na regulamentação em vigor, alcança os registros nas contas ativas, passivas e de compensação. Sob a ótica do BACEN, as instituições devem manter, permanentemente um Patrimônio de Referência - PR compatível com os riscos.

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

A apuração do RWA aplicável para o Grupo, conforme Resolução do CMN nº 4.193/13 é no mínimo a soma das seguintes parcelas:

RWA = RWAcpad + RWAopad

RWAcpad – exposição ao risco de crédito mediante abordagem padronizada e,

RWAopad - cálculo do capital requerido para risco operacional mediante abordagem padronizada alternativa.

Além disso, o Grupo deve manter PR suficiente para fazer face ao risco de taxa de juros das operações não classificadas como carteira de negociação, ou seja, a Carteira Banking.

Apresentamos na tabela abaixo a composição do RWA para cada uma das parcelas, detalhada nos próximos tópicos:

Em milhares de Reais

Composição dos ativos ponderados pelo		
risco	Set 2017	Dez 2017
Ativos ponderados de risco de crédito (RWAcpad)	12.185.380	12.419.633
Ativos ponderados de risco operacional (RWAopad)	1.220.068	1.220.068
Total RWA	13.405.448	13.639.701
Total RWA x 9,250%	1.240.004	1.261.672

Ativos Ponderados pelo Risco de Crédito (RWACPAD)

A tabela a seguir apresenta os valores dos ativos ponderados pelo risco de crédito (RWAcpad), cuja parcela é regulamentada pela Circular BACEN nº 3.644/13, segregados por modalidade e por fator de ponderação de risco:

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

Em milhares de Reais

Risco de Crédito	Set 2017	Dez 2017
Por modalidade		
Operações de crédito, arrendamento e outros créditos		
líquido de provisão (não varejo)	4.143.067	4.590.101
Operações de crédito, arrendamento e outros créditos		
líquido de provisão (varejo)	5.913.088	5.734.435
Créditos tributários	1.297.268	1.327.903
Compromisso de crédito	339.539	232.729
Operações de TVM e instrumentos financeiros		
derivativos	11.993	6.512
Garantias prestadas - avais e fianças e coobrigações	7.221	7.348
Outros ativos	473.204	520.605
Total RWAcpad	12.185.380	12.419.633
Por FPR		
FPR de 20%	27.551	72.868
FPR de 50%	15.392	12.059
FPR de 75%	5.917.013	5.737.843
FPR de 85%	610.343	617.630
FPR de 100%	5.224.179	5.630.926
FPR de 250%	493.488	466.896
FPR de -100%	(102.586)	(118.589)
Total RWAcpad	12.185.380	12.419.633

Ativos Ponderados pelo Risco Operacional (RWAopad)

A Circular BACEN nº 3.640/13 estabelece os critérios de apuração da parcela de ativos ponderados pelo risco para o risco operacional (RWAopad). De acordo com a regulação vigente, o valor da exposição RWAopad é calculado semestralmente com informações relativas às datas-base de seis semestres, sendo em 30 de junho e 31 de dezembro.

A seguir, apresenta-se a abertura dos ativos ponderados pelo risco operacional por linhas de negócio:

Em milhares de Reais

Risco Operacional	Set 2017	Dez 2017
Linhas de Negócio		
Varejo	498.936	498.936
Comercial	413.729	413.728
Administração de ativos	307.404	307.404
Total RW Aopad	1.220.068	1.220.068

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

Exposição ao Risco de Mercado (Rban)

Apresentamos abaixo o capital regulatório para cobertura do risco de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN):

Em milhares de Reais

Risco de Mercado - Banking	Set 2017	Dez 2017
Parcelas		
Prefixada em Real	1.960	3.458
Cupom de taxa CDI	34.229	29.904
Valor total alocado - RBAN	36.189	33.362

9. ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL (ACP)

Conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.193/13 e pelas Circulares BACEN nº 3.768/15 e nº 3.769/15, desde o primeiro trimestre de 2016 entrou em vigor o Adicional de Capital Principal correspondente à soma das seguintes parcelas:

- ACP conservação, correspondente ao Adicional de Conservação de Capital Principal;
- ACP contracíclico, correspondente ao Adicional Contracíclico de Capital Principal;
- ACP sistêmico, correspondente ao Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal.

O valor detalhado de suas parcelas é apresentado a seguir:

Em milhares de Reais

Adicional de Capital Principal (ACP)	Set 2017	Dez 2017
ACP conservação	167.568	170.496
ACP contracíclico	-	-
ACP sistêmico	-	-
Total ACP	167.568	170.496

Conforme requerido pela Circular BACEN nº 3.769/15, maiores detalhes da parcela de ACP contracíclico e ACP sistêmico são apresentados a seguir:

Em milhares de Reais

ACP contracíclico	Set 2017	Dez 2017
RWAcpad - setor privado não bancário	10.849.589	11.013.391
RWAcpad - setor público não bancário	1.297.268	1.327.903
RWAcpad - setor bancário	38.523	78.339
Total RW Acpad - Brasil	12.185.380	12.419.633
% ACCP ⁽¹⁾ Brasil	0%	0%
Total ACP contracíclico	-	-

⁽¹⁾ Adicional contracíclico de capital aplicável ao Brasil

O Grupo possui a totalidade de suas exposições ao risco de crédito no Brasil, sendo que o ACP relativo ao Brasil é de 0% (zero por cento), como definido na Circular BACEN nº 3.769/15 e, portanto não há valor a ser considerado no ACP contracíclico.

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

A parcela ACP sistêmico aplicável ao Grupo é 0% (zero por cento), de acordo com a Circular BACEN nº 3.768/15, uma vez que a razão entre o valor da sua Exposição Total e o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil é inferior a 10% (dez por cento).

10. ADEQUAÇÃO AO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR), ÍNDICES E LIMITES

Apresentamos abaixo os índices e a margem calculada conforme Resoluções CMN nº 4.192/13 e 4.193/13:

Em milhares de Reais

Índices	Set 2017	Dez 2017
Capital Principal	2.948.923	2.617.233
Nível I	2.948.923	2.617.233
Nível II	955.960	945.709
Patrimônio de Referência	3.904.883	3.562.942
RWA + Rban	1.276.193	1.295.034
Adicional de Capital Principal Mínimo (ACP)	167.568	170.496
Margem sobre o PR considerando Rban e ACP	2.461.122	2.097.411
Índice de Capital Principal	22,00%	19,19%
Índice de Nível I	22,00%	19,19%
Índice de Basileia	29,13%	26,12%
Índice de Basileia - amplo inclui RBAN e ACP	28,30%	25,45%
Índice de imobilização	0,32%	0,30%
Margem de imobilização	1.940.044	1.770.621

O índice de Basileia no Brasil é definido pela relação mínima de 10,5% entre o total do PR e os ativos ponderados pelo risco (RWA), de 5,75% entre o capital principal e o RWA, e de 7,25% entre o nível I do PR e o RWA para o trimestre encerrado em 31 de dezembro 2017.

O índice de Basileia do Grupo foi de 26,12% e os índices de Capital Principal e Nível I foram de 19,19% em 31 de dezembro de 2017. Em termos de margem, o montante é de R\$ 2,0 bilhões, que possibilita um incremento de até R\$ 20,0 bilhões nos ativos, considerando operações com fator de ponderação de 100%.

O índice de Imobilização indica o percentual de comprometimento do PR com o ativo permanente imobilizado. O Grupo está enquadrado no limite máximo de 50% do PR, definido pelo BACEN.

11. RAZÃO DE ALAVANCAGEM (RA)

Em atendimento às recomendações do Comitê de Basileia, em outubro de 2015 entrou em vigor a Circular BACEN nº 3.748/15 que dispõe sobre a Razão de Alavancagem (RA). É um índice que atua em conjunto com o Índice de Basileia na limitação do nível de exposição a risco assumido pelas instituições financeiras e avalia a alavancagem por meio da relação entre Capital Nível I e os ativos registrados em valores contábeis, acrescidas de exposições off-balance (limites, avais, fianças e derivativos).

A partir de 2018, o BACEN definiu através da Resolução CMN 4.615/17, um percentual de requerimento mínimo desta razão de 3%.

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

A seguir, apresentamos o modelo comum de divulgação de informações sobre o comparativo entre demonstrações financeiras publicadas e a RA do Conglomerado Prudencial:

Em milhares de Reais

Resumo Comparativo entre Demonstrações Financeiras Publicadas e Razão de Alavancagem	Set 2017	Dez 2017
Ativo total de acordo com as demonstrações financeiras publicadas	15.150.046	15.200.445
Ajuste relativo a operações não contabilizadas no ativo total do conglomerado prudencial	317.048	203.461
Outros ajustes	(115.838)	(131.231)
Exposição Total	15.351.256	15.272.675

A seguir, apresentamos o modelo comum de divulgação de informações sobre a RA do Conglomerado Prudencial:

Em milhares de Reais

	Modelo Comum de divulgação de informações sobre Razão de Alavancagem	Set 2017	Dez 2017
	Itens contabilizados no Balanço Patrimonial (BP)		
1	Itens patrimoniais, exceto instrumentos financeiros derivativos, títulos e valores mobiliários	14.470.006	14.812.051
	recebidos por empréstimo e revenda a liquidar em operações compromissadas		
2	Ajustes relativos aos elementos patrimoniais deduzidos na apuração do Nível I	(115.838)	(131.231)
3	Total das exposições contabilizadas no BP	14.354.168	14.680.820
	Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos		
4	Valor de reposição em operações com derivativos	493	765
5	Ganho potencial futuro decorrente de operações com derivativos	4.877	2.830
6	Ajuste relativo à garantia prestada em operações com derivativos	-	_
7	Ajuste relativo à margem de garantia diária prestada	-	-
8	Derivativos em nome de clientes em que não há obrigatoriedade contratual de reembolso em	-	-
	função de falência ou inadimplemento das entidades responsáveis pelo sistema de		
	liquidação		
9	Valor de referência ajustado em derivativos de crédito	-	-
10	Ajuste sob o valor de referência ajustado em derivativos de crédito	-	-
11	Total das exposições relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos	5.370	3.595
	Operações Compromissadas e de Empréstimo de Títulos e Valores Mobiliários	(TVM)	
12	Aplicações em operações compromissadas e de empréstimo de TVM	643.153	346.564
13	Ajuste relativo a recompras a liquidar e credores por empréstimo de TVM	-	-
14	Valor relativo ao risco de crédito da contraparte	-	-
15	Valor relativo ao risco de crédito da contraparte em operações de intermediação	-	-
16	Total das exposições relativas a operações compromissadas e de empréstimo de títulos e	643.153	346.564
	valores mobiliários		
	Itens não contabilizados no Balanço Patrimonial (BP)		
17	Valor de referência das operações não contabilizadas no BP	689.910	476.043
18	Ajuste relativo à aplicação de FCC específico às operações não contabilizadas no BP	(341.345)	(234.347)
19	Total das exposições não contabilizadas no Balanço Patrimonial	348.565	241.696
	Capital e Exposição Total		
20	Nível I - (A)	2.948.923	2.617.233
21	Exposição Total - (B)	15.351.256	15.272.675
	Razão de Alavancagem (RA)		
22	Razão de Alavancagem de Basileia III - (A/B)	19,21%	17,14%

O Grupo apurou em 31 de dezembro 2017 uma exposição total de R\$ 15,3 bilhões e o Capital Nível I alcançou o montante de R\$ 2,6 bilhões. Desta forma, a RA foi de 17,14%.

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

12. INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS EXPOSIÇÕES A RISCO DE CRÉDITO

Com o objetivo de favorecer a melhor compreensão da carteira da Instituição, seguem informações relativas às exposições do risco de crédito. A exposição da carteira de crédito inclui as operações cedidas com retenção substancial dos riscos e benefícios.

Valor Total das Exposições ao Risco de Crédito por Região e Setor Econômico

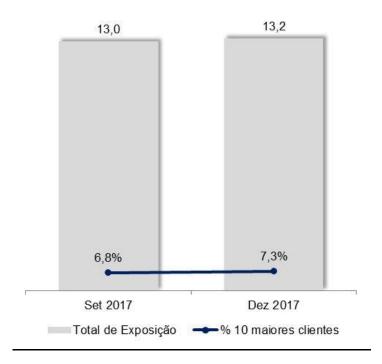
Em milhares de reais

Tipo do Evposição	Exposição ao R	isco de Crédito
Tipo de Exposição	Set 2017	Dez 2017
Por regiões geográficas		
Região Nordeste	2.122.716	2.116.590
Região Sudeste	6.010.339	6.186.469
Região Centro-Oeste	2.240.952	2.202.922
Região Sul	2.633.287	2.657.477
Total da Exposição	13.007.294	13.163.458
Por setor econômico		
Rural	30.765	28.519
Industria	553.703	543.159
Comércio	2.825.683	3.031.251
Intermediários Financeiros	8.223	9.162
Outros Serviços	4.303.563	4.360.481
Pessoa Física	5.265.115	5.167.637
Habitação	20.242	23.249
Total da Exposição	13.007.294	13.163.458
Média do trimestre	13.220.705	13.014.477

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

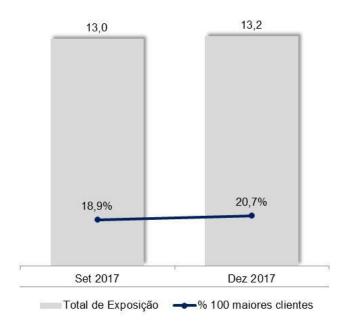
Percentual das Exposições dos Dez Maiores Clientes

Em bilhões de reais



Percentual das Exposições dos Cem Maiores Clientes

Em bilhões de reais



FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

Exposições ao Risco de Crédito por Tipo

Em 31 de dezembro de 2017 - milhares de reais

		Pessoa Fisica		Pessoa Jurídica						
Por Tipo	consignado	veículos e arrendamento mercantil	outros	capital de giro e desconto de títulos	investimento	recebíveis adquiridos	veículos e arrendamento mercantil	outros	Total exposição	
Total de Exposição	61.842	5.096.333	9.462	2.047.381	3.838.727	223.208	1.714.292	172.213	13.163.458	
Média do trimestre	62.351	5.101.169	9.489	1.926.789	3.918.759	185.521	1.624.107	186.292	13.014.477	

Em 30 de Setembro de 2017 - milhares de reais

Por Tipo		Pessoa Fisica		Pessoa Jurídica					
	consignado	veículos e arrendamento mercantil	outros	capital de giro e desconto de títulos	investimento	recebíveis adquiridos	veículos e arrendamento mercantil	outros	Total exposição
Total de Exposição	62.880	5.192.420	9.815	1.733.200	4.115.524	135.487	1.541.719	216.249	13.007.294
Média do trimestre	61.146	5.242.111	9.929	1.789.690	4.254.074	145.116	1.514.387	204.252	13.220.705

Exposições ao Risco de Crédito por Regiões Geográficas

Em 31 de dezembro de 2017 - milhares de reais

						E	m 31 ae aezemi	oro de 2017 - I	milhares de reais		
	Pessoa Fisica				Pessoa Jurídica						
Por região	consignado	veículos e arrendamento mercantil	outros	capital de giro e desconto de títulos	investimento	recebíveis adquiridos	veículos e arrendamento mercantil	outros	Total exposição		
Região Nordeste	-	792.764	885	361.700	684.702	-	256.817	19.722	2.116.590		
Região Sudeste	61.842	2.331.549	6.232	947.912	1.755.456	223.208	749.598	110.672	6.186.469		
Região Centro-Oeste	1	966.358	1.453	343.948	559.334	-	307.114	24.715	2.202.922		
Região Sul	-	1.005.662	892	393.821	839.235	-	400.763	17.104	2.657.477		
Total	61.842	5.096.333	9.462	2.047.381	3.838.727	223.208	1.714.292	172.213	13.163.458		

Em 30 de Setembro de 2017 - milhares de reais

						EM 3	o de Setembro de	2017 - Miln	ares de reais	
	Pessoa Fisica				Pessoa Jurídica					
Por região	consignado	veículos e arrendamento mercantil	outros	capital de giro e desconto de títulos	investimento	recebíveis adquiridos	veículos e arrendamento mercantil	outros	Total exposição	
Região Nordeste	-	814.605	874	312.906	724.609	-	235.042	34.680	2.122.716	
Região Sudeste	62.880	2.361.252	6.490	779.622	1.862.844	135.487	671.922	129.842	6.010.339	
Região Centro-Oeste	1	999.337	1.493	308.794	625.126	-	274.567	31.635	2.240.952	
Região Sul	1	1.017.226	958	331.878	902.945	-	360.188	20.092	2.633.287	
Total	62.880	5.192.420	9.815	1.733.200	4.115.524	135.487	1.541.719	216.249	13.007.294	

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

Exposições ao Risco de Crédito por Setor Econômico

Em 31 de dezembro de 2017 - milhares de reais

				Em 31 de dezembro de 2017 minures de redis							
		Pessoa Fisica		Pessoa Jurídica							
Por setor econômico	consignado	veículos e arrendamento mercantil	outros	capital de giro e desconto de títulos	investimento	recebíveis adquiridos	veículos e arrendamento mercantil	outros	Total exposição		
Rural	-	-	-	2.385	13.068	-	13.045	20	28.518		
Industria	1	-	-	57.701	353.312	1	128.716	3.430	543.159		
Comércio	1	-	=	1.734.082	778.418	1	388.232	130.519	3.031.251		
Intermediários Financeiros	1	-	-	1	1	1	9.043	119	9.162		
Outros Serviços	1	Ī	-	252.892	2.693.811	223.208	1.153.562	37.009	4.360.482		
Pessoa Física	61.842	5.096.333	9.462	-	-	-	-	-	5.167.637		
Habitação	-	-	-	321	118	1	21.694	1.116	23.249		
Total	61.842	5.096.333	9.462	2.047.381	3.838.727	223.208	1.714.292	172.213	13.163.458		

						EIII 3	u de Setembro de	2017 - 1111111	ares de reais	
		Pessoa Fisica		Pessoa Jurídica						
Por setor econômico	consignado	veículos e arrendamento mercantil	outros	capital de giro e desconto de títulos	investimento	recebíveis adquiridos	veículos e arrendamento mercantil	outros	Total exposição	
Rural	-	-	-	2.488	14.767	-	13.461	49	30.765	
Industria	-	-	-	59.308	372.378	-	117.331	4.686	553.703	
Comércio	1	-	-	1.430.259	869.997	-	370.265	155.162	2.825.683	
Intermediários Financeiros	1	-		1	-	1	8.100	123	8.223	
Outros Serviços	1	-	-	240.858	2.858.253	135.487	1.013.905	55.060	4.303.563	
Pessoa Física	62.880	5.192.420	9.815	-	-	-	-	-	5.265.115	
Habitação	-	-	-	287	129	1	18.657	1.169	20.242	
Total	62.880	5.192.420	9.815	1.733.200	4.115.524	135.487	1.541.719	216.249	13.007.294	

Exposições ao Risco de Crédito por Faixas de Prazo a Decorrer

Em 31 de dezembro de 2017 - milhares de reais

	Pessoa Fisica			Pessoa Jurídica							
Por prazo a decorrer	consignado	veículos e arrendamento mercantil	outros	capital de giro e desconto de títulos	investimento	recebíveis adquiridos	veículos e arrendamento mercantil	outros	Total exposição		
Até 6 meses	2.171	194.597	4.375	1.585.360	113.494	223.208	116.189	122.165	2.361.559		
Acima de 6 meses até 1 ano	5.437	541.714	1.833	36.707	325.828	-	148.696	2.701	1.062.916		
Acima de 1 ano até 5 anos	54.234	4.360.022	3.254	384.980	3.315.048	=	1.449.407	47.227	9.614.172		
Acima de 5 anos	-	1	-	40.334	84.357	-	·	120	124.811		
Total	61.842	5.096.333	9.462	2.047.381	3.838.727	223.208	1.714.292	172.213	13.163.458		

Em 30 de Setembro de 2017 - milhares de reais

	1	Em 50 de Setembro de 2017 - miniares de reals										
	Pessoa Fisica			Pessoa Jurídica								
Por prazo a decorrer	consignado	veículos e arrendamento mercantil	outros	capital de giro e desconto de títulos	investimento	recebíveis adquiridos	veículos e arrendamento mercantil	outros	Total exposição			
Até 6 meses	2.269	245.124	4.466	1.269.983	117.863	135.487	124.899	146.386	2.046.477			
Acima de 6 meses até 1 ano	5.553	486.603	1.838	19.102	304.218	1	145.779	530	963.623			
Acima de 1 ano até 5 anos	55.058	4.460.693	3.511	402.359	3.599.685	-	1.271.041	67.370	9.859.717			
Acima de 5 anos			•	41.756	93.758	•	-	1.963	137.477			
Total	62.880	5.192.420	9.815	1.733.200	4.115.524	135.487	1.541.719	216.249	13.007.294			

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

Montante das Operações em Atraso por Faixas, segmentado em regiões geográficas e setor econômico

Em 31 de dezembro de 2017 - milhares de reais

	Atraso entre	Atraso entre 61 a 90	Atraso entre	Atraso entre	
	15 a 60 dias	dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Total
Por regiões geográficas					
Região Nordeste	41.737	45.499	34.295	53.159	174.690
Região Sudeste	125.414	58.436	102.845	161.638	448.333
Região Centro-Oeste	62.980	19.565	52.888	78.664	214.097
Região Sul	44.623	12.658	32.657	49.353	139.291
Total geral	274.754	136.158	222.685	342.814	976.411
Por setor econômico					
Rural	294	516	95	616	1.521
Industria	6.501	2.898	7.402	15.322	32.123
Comércio	30.034	28.936	43.753	47.635	150.358
Intermediários Financeiros	220	ı	•	38	258
Outros Serviços	82.083	68.199	89.656	153.227	393.165
Pessoa Física	155.090	35.483	81.160	125.661	397.394
Habitação	532	126	619	315	1.592
Total geral	274.754	136.158	222.685	342.814	976.411

Em 30 de Setembro de 2017 - milhares de reais

	Atraso entre	Atraso entre	Atraso entre	Atraso entre	Total		
	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Total		
Por regiões geográficas							
Região Nordeste	52.287	19.537	43.786	58.557	174.167		
Região Sudeste	135.735	64.553	104.586	164.669	469.543		
Região Centro-Oeste	57.998	33.468	50.518	98.854	240.838		
Região Sul	42.870	14.301	55.440	59.938	172.549		
Total geral	288.890	131.859	254.330	382.018	1.057.097		
Por setor econômico							
Rural	727	45	65	820	1.657		
Industria	5.275	2.658	14.146	14.301	36.380		
Comércio	31.743	31.053	48.029	51.457	162.282		
Intermediários Financeiros	101	347	÷	38	139		
Outros Serviços	93.613	60.443	98.021	194.646	446.723		
Pessoa Física	156.373	37.469	93.835	120.523	408.200		
Habitação	1.058	191	234	233	1.716		
Total geral	288.890	131.859	254.330	382.018	1.057.097		

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

Movimentação de Provisão Para Devedores Duvidosos, por Setor Econômico

Em 31 de dezembro de 2017 - milhares de reais

Setor Econômico	Saldo inicial	Adição (reversão)	Baixas por utilização	Saldo Final	
Rural	1.720	(5)	(181)	1.534	
Industria	28.824	4.258	(5.540)	27.542	
Comércio	216.928	23.583	(34.389)	206.122	
Intermediários Financeiros	86	(9)	-	77	
Outros Serviços	409.075	23.679	(62.478)	370.276	
Pessoa Física	189.894	35.842	(39.515)	186.221	
Habitação	789	222	(61)	950	
Total	847.316	87.570	(142.164)	792.722	

Em 30 de Setembro de 2017 - milhares de reais

Setor Econômico	Saldo inicial	Adição (reversão)	Baixas por utilização	Saldo Final	
Rural	2.077	(188)	(169)	1.720	
Industria	41.982	1.889	(15.047)	28.824	
Comércio	235.172	5.736	(23.980)	216.928	
Intermediários Financeiros	107	(21)	-	86	
Outros Serviços	424.580	34.412	(49.917)	409.075	
Pessoa Física	192.925	41.446	(44.477)	189.894	
Habitação	661	161	(33)	789	
Total	897.504	83.435	(133.623)	847.316	

13. INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS INSTRUMENTOS MITIGADORES DO RISCO DE CRÉDITO

As operações referentes ao produto de CDC são garantidas por meio do próprio bem e da cédula de crédito bancária. As operações dos produtos Finame, Leasing e Finame Leasing são garantidas por meio do próprio bem e de nota promissória. Já os produtos Leasing e Finame Leasing são garantidos por meio do próprio bem por meio do arrendamento mercantil e de nota promissória. Além disso, de acordo com a classificação de risco do cliente no momento da celebração da operação, há também a possibilidade de solicitação de avalista(s) para complementar as garantias. A alienação fiduciária e o arrendamento mercantil são constituídos por meio de registro do gravame no certificado de propriedade do veículo.

Nas operações de crédito rotativo para concessionários, são solicitadas garantias de acordo com o rating apurado para o concessionário ou grupo econômico, sendo que: quanto melhor o rating, menor a necessidade de apresentação de garantias.

O tema garantias é tratado ainda em um documento elaborado em conjunto com a matriz Volkswagen Financial Services AG, utilizado como guia para a aceitação e formalização de garantias, de acordo com o tipo de produto envolvido.

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

Para fins de apuração da necessidade de capital de risco de crédito, apresentamos abaixo o valor total mitigado pelos instrumentos definidos nos artigos 36 a 39 da Circular BACEN nº 3.644/13, segmentado por tipo de mitigador e por Fator de Ponderação de Risco (FPR):

Em milhares de Reais

Tipo mitigador	FPR	Set 2017	Dez 2017
Depósito a prazo	0%	20.009	20.632
Garantia Instituições Financeiras	50%	15.805	15.624
Total		35.814	36.256

14. INFORMAÇÕES RELATIVAS AO RISCO DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE

A exposição ao risco da contraparte faz parte dos limites de crédito concedidos aos clientes e da possibilidade de uma contraparte não cumprir suas obrigações.

Apresentamos a seguir o valor referente às garantias:

Em milhares de reais

Garantias	Garantias da Carteira de Crédito		
Garantias	Set 2017	Dez 2017	
Total de Garantias	19.411.341	18.396.739	

No caso de operações de aplicações/derivativos, é realizada uma análise de risco da contraparte para definição das instituições financeiras e respectivos valores de limites autorizados a operar. A metodologia utilizada para estabelecer os limites autorizados para a Tesouraria realizar operações de aplicações e derivativos, é definida pela Matriz. O monitoramento desses limites autorizados é realizado pela área de Gerenciamento de Risco.

A carta de fiança bancária emitida pela Instituição tem a finalidade de garantir débitos discutidos nos processos judiciais, cujos saldos são demonstrados abaixo:

Em milhares de Reais ares de Reais

Descrição	Set 2017	Dez 2017
Beneficiários de garantias prestadas	7.294	7.422

O valor referente à sobra de caixa do Conglomerado Prudencial é aplicado em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos (compra com compromisso de revenda) e/ou aplicação over em depósito interfinanceiro (compra final).

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

Valores demonstrados abaixo:

Em milhares de Reais

PRODUTO	Set 2017	Dez 2017
Compra com compromisso de revenda	643.153	346.564
Cotas de fundos de investimento	137.044	124.302
Títulos de renda fixa	5.103	5.205
Total	785.300	476.071

Os instrumentos financeiros derivativos do Grupo, cujo propósito é de proteção dos ativos e passivos próprios, estão custodiados na (CETIP) e encontram-se registrados em contas patrimoniais, por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessa data.

Os instrumentos financeiros derivativos são valorizados a mercado com base nas cotações divulgadas na BM&FBovespa - B3 aplicáveis a operações com características e prazos similares.

Em 31 de dezembro, a carteira de derivativos é formada por operações de swap de taxa de juros e de variação cambial.

Hedge

A estratégia de hedge do Grupo visa proteger o risco da moeda estrangeira dos empréstimos no exterior, como disposto na Circular BACEN nº 3.082/02. A relação entre o instrumento e o objeto de *hedge*, além das políticas e objetivos da gestão de risco, foram documentadas no início da operação. Também foram documentados os testes de efetividade prospectivos e retrospectivos, ficando confirmado que os derivativos designados são altamente efetivos na compensação da variação do valor de mercado dos empréstimos no exterior. As operações de hedge mantidas pelo Grupo em 31 de dezembro são classificadas como hedge de risco de mercado e visam mitigar o risco de variação cambial.

Para se proteger da exposição à variação cambial do dólar proveniente da contratação de empréstimos no país, o Grupo possui contratos de *swap* a vencer até março de 2018 com valor nocional no montante de R\$ 200.000. Tais instrumentos financeiros derivativos geraram ajuste a valor de mercado com reflexo positivo no resultado referente do 4º trimestre de R\$ 9.050.

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02. Em 31 de dezembro 2017, não há parcela inefetiva relacionada a essas operações de *hedge*.

As operações com instrumentos financeiros derivativos e suas classificações estão detalhadas abaixo:

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

4º trimestre de 2017:

Em milhares de reais

Tipo	Nocional	Vencimento	Operação	Ativo	(Passivo)	Receita (Despesa)
Swap – negociação	71.781	Até dezembro 2020	Pré X DI	347	-	1.699
Swap – negociação	71.781	Até dezembro 2020	DI X Pré	-	(353)	(4.273)
Swap de variação cambial - <i>hedge</i> de risco de mercado	200.000	Até março 2018	Dólar X DI	418	-	9.050
				764	(353)	6.476

3º trimestre de 2017:

Em milhares de reais

Tipo	Nocional	Vencimento	Operação	Ativo	(Passivo)	Receita (Despesa)
Swap – negociação	127.032	Até dezembro 2020	Pré X DI	493	-	1.959
Swap – negociação	127.032	Até dezembro 2020	DI X Pré	-	504	(2.018)
Swap de variação cambial - <i>hedge</i> de risco de mercado	372.000	Até março 2018	Dólar X DI	-	(20.203)	(63.899)
				493	(19.699)	(63.958)

15. INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS OPERAÇÕES DE AQUISIÇÃO E VENDA DE ATIVOS FINANCEIROS

Na escala global, a securitização de recebíveis é uma ferramenta estratégica para a diversificação de estrutura de capital da Volkswagen Financial Services AG (VWFS AG). Por meio do Programa Driver iniciado em 2004, a VWFS AG transfere os direitos creditórios a um Fundo de Investimento (ou Trust) que, por sua vez, torna-se o responsável legal pelos recebíveis adquiridos. O objetivo deste programa é torna-lo como 1/3 da estrutura de funding do grupo até o final de 2018.

A Instituição possui três fundos de investimentos em direitos creditórios (FIDC's) em linha com a estratégia de diversificação da Matriz: Driver Brasil One, Driver Brasil Two e Driver Brasil Three. Os

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

regulamentos dos produtos encontram-se disponíveis em domínio público (site CVM), onde é possível obter mais detalhes sobre o critério de elegibilidade dos recebíveis.

No 4º trimestre de 2015, 4º trimestre de 2013 e no 3º trimestre de 2012, a Instituição realizou cessões de crédito na modalidade "CDC" para fundos de investimentos em direitos creditórios, dos quais a Instituição detém a totalidade das quotas subordinadas, cujo montante em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 52.506.

Conforme estabelecido na Resolução do CMN nº 3.533/08, as referidas cessões foram classificadas nas demonstrações financeiras da Instituição individual na categoria "com retenção substancial dos riscos e benefícios". O ativo cedido foi registrado na rubrica específica de operações de crédito vinculadas a cessão, e o passivo assumido foi registrado como obrigações por operações vinculadas a cessão. Para cada operação, o ativo é atualizado pela taxa do contrato com o cliente, e o passivo pela taxa do contrato de cessão, ambos pelos respectivos períodos de competência.

Os valores presentes à época são:

Em milhares de Reais

Descrição	Período	Ativo	Passivo
Driver Brasil One Banco Volkswagen			
FIDC Financiamento de Veículos	3º trimestre/12	899.462	1.007.150
Driver Brasil Two Banco Volkswagen			
FIDC Financiamento de Veículos	4º trimestre/13	1.021.745	1.067.758
Driver Brasil Three Banco Volkswagen			
FIDC Financiamento de Veículos	4º trimestre/15	1.096.939	1.083.880
Total		3.018.146	3.158.788

Apresentamos a seguir o saldo ativo das exposições cedidas com coobrigação, com retenção substancial dos riscos e benefícios:

Em milhares de Reais

Descrição	Set 2017	Dez 2017
Driver Brasil Two Banco Volkswagen FIDC Financiamento de Veículos	17.206	9.546
Driver Brasil Three Banco Volkswagen FIDC Financiamento de Veículos	115.808	68.824
Total	133.014	78.370

Creditos baixados para prejuizo	1 927	1 252
Creditos baixados para prejuizo	1.827	1.253

Ao longo dos trimestres a Instituição adquiriu títulos com característica de concessão de crédito registrada na rubrica "Títulos e créditos a receber".

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

As operações foram adquiridas em negociação com pessoa não integrante do SFN, sem retenção substancial de risco e de benefícios ou de controle pelo interveniente ou cedente, cujos saldos são demonstrados a seguir:

Em milhares de Reais ares de Reais

Descrição	Set 2017	Dez 2017
Pessoa não integrante do SFN	135.487	223.208

16. INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

A Instituição possui participação societária no CNVW, que atua na administração de grupos de consórcio, principalmente no segmento de veículos e motocicletas produzidos e importados pela Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda. e Ducati do Brasil Indústria e Comércio de Motocicletas Ltda, com participação de 99,99996%, cujo objetivo é alavancar a oferta de produtos financeiros a clientes que adquirem veículos da marca Volkswagen.

O CNVW é uma entidade limitada, regulada pelo BACEN e integra o Conglomerado Prudencial liderado pela Instituição. Portanto o investimento possui seus riscos mensurados de acordo com os regulamentos vigentes emitidos pelo CMN e BACEN.

O método de contabilização utilizado para a Instituição individualmente é o da equivalência patrimonial, a qual não sofreu alterações de práticas contábeis nos últimos anos. Na apresentação do Conglomerado Prudencial, o valor do investimento no CNVW é eliminado seguindo os critérios de consolidação das demonstrações financeiras.

O valor contábil do investimento nas demonstrações financeiras da Instituição individual é de:

Em milhares de Reais

Informações sobre a investida:	Set 2017	Dez 2017
Número de quotas	300.006.232	300.006.232
Participação no capital	99,9999%	99,9999%
Resultado da equivalência no trimestre	20.368	11.203
Resultado da equivalência acumulada ano	72.743	83.945
Investimento	456.333	467.535
Valor RWA	-	-
Capital alocado	-	-

O investimento no CNVW não é negociado em bolsa e, portanto, não possui preço de mercado cotado. Não houve registro de ganhos ou perdas decorrentes de venda ou liquidação.

* * *